Revista Gestão & Políticas Públicas

Artigo

A psicologia Brasileira e as Políticas LGBT no Conselho Federal de Psicologia

The Brasilian Psychology and the LGBT Policies in the Federal Council of Psychology

La Psicología Brasileña y las Políticas LGBT en el Consejo Federal de Psicología

Henrique Araújo Aragusuku[1] e Henrique de Oliveira Lee[2]

[1] Filiação institucional. Estudante de Psicologia da Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil, e membro do coletivo gestor da Coordenação Nacional de Estudantes de Psicologia, Brasil.
Correspondência: E-mail: henrique_aragusuku@hotmail.com

[2] Filiação institucional. Psicólogo e doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Atualmente é professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem na Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil.
Correspondência: E-mail: holiveiralee@gmail.com

Resumo A psicologia – ao longo do século XX, no Brasil e no mundo – deixou de ser apenas um saber/fazer legitimador da heteronormatividade e da cisgeneridade, para se constituir enquanto uma possibilidade de resistência e transformação da tradição sexual. Nos últimos quinze anos, tivemos transformações significativas na sociedade brasileira com o avanço dos movimentos LGBT. Essas transformações se deram em toda a vida sociocultural e política, nos mais diversos âmbitos: nas políticas e ações governamentais, nas agendas parlamentares, no mercado, na mídia, nas práticas profissionais, nas produções acadêmico-científicas, nos movimentos sociais, nos partidos políticos. A psicologia brasileira e sua autarquia profissional, o Conselho Federal de Psicologia, não estiveram ausentes de todo esse processo, passando também por intensos debates e mudanças políticas. O objetivo desse artigo é apresentar uma reflexão sobre esse processo, dando ênfase às transformações da psicologia no trato com as questões LGBT e, de forma mais específica, às políticas e ações do Conselho Federal de Psicologia (CFP). As reflexões, presentes nesse artigo, trazem elementos para pensarmos na atual conjuntura nacional, junto à historicidade das políticas que se articulam dentro da principal entidade de psicologia do país.

Palavras-chaves: Questões LGBT, História da Psicologia, Conselho Federal de Psicologia, Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas Sexuais.

Abstract The Psychology – throughout the twentieth century, in Brazil and in the world – has ceased to be just a legitimating knowledge/making of heteronormativity and cisgenerity, to constitute itself as a possibility of resistance and transformation of the sexual tradition. Over the last fifteen years, we had significant changes in brazilian society with the advancement of LGBT movements. These transformations occurred throughout all the brazilian sociocultural and political life, in various areas: in government policies and actions, in the parlamentary agendas, in the market, in the media, in professional practices, in academic-cientific productions, in the social movements, in the political parties. The brazilian psychology and his professional autarchy, the Federal Council of Psychology, were not away from this whole process, also passing through intense political changes. The aim of this paper is to presente a reflection of this process, emphasizing the changes of psychology in dealing with LGBT issues and, more specifically, the policies and actions of the Federal Council of Psychology (CFP). The reflections, presents in this article, bring elements to think in the currant national conjucture, beside the historicity of the policies that are articulated in the main country's psychology association.

Keywords: LGBT Issues, Psychology's History, Federal Council of Psychology, Gender and Sexual Diversity, Sexual Politics.

Resumen

La psicología - durante todo el siglo XX, en Brasil y en el mundo – ya no es sólo un saber/hacer de legitimación de la heteronormatividad y de la cisgeneridade, para se constituye como una posibilidad de resistencia y transformación de la tradición sexual. Durante los últimos quince años, tuvimos cambios significativos en la sociedad brasileña con el avance de los movimientos de LGBT. Estas transformaciones se produjeron en toda la vida sociocultural y política, en los más diversos ámbitos: en las políticas y acciones gubernamentales, en las agendas parlamentarias, en el mercado, en los medios de comunicación, en las prácticas profesionales, en las producciones académico-científicas, en los movimientos sociales, en los partidos políticos. La psicología brasilenã y su autarquía professional, el Consejo Federal de Psicología, no estuvieron ausentes de todo este processo, también passando por intensos cambios políticos. El objetivo de este trabajo es presentar una reflexión sobre este proceso, dando énfasis en los cambios de la psicología en el tratamiento con los temas LGBT y, más específicamente, a las políticas y acciones del Consejo Federal de Psicología (CFP). Las reflexiones presentes en este artículo traen elementos para pensar en la actual conyuntura nacional, junto a la historicidad de las políticas que se articula dentro de la principal entidad de psicología del país

Palabras clave: Temas LGBT, Historia de la Psicología, Consejo Federal de Psicología, Diversidad Sexual y de Género, Políticas Sexuales.

Introdução

Este ensaio traz reflexões sobre as imbricações entre psicologia e questões LGBT no Brasil, tendo como foco a produção de uma leitura histórica desse fenômeno, assim como a análise das políticas impulsionadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), compreendido como a principal entidade de psicologia do país. Neste sentido, se trata de uma reflexão sobre políticas da psicologia, sendo mais específico, de políticas vinculadas à sexualidade e aos chamados movimentos LGBT+, ou seja, movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, homens e

mulheres transexuais, e outras identidades não heteronormativas e/ou cisgêneras[1].

A partir dos anos 2000, tivemos significativas transformações políticas e sociais relacionadas com a ascensão da questão LGBT no cenário nacional – desde a criação de uma potente rede de movimentos e instituições da sociedade civil marcadamente pró-LGBT; à constituição de ações governamentais e políticas públicas de promoção da cidadania LGBT, tecendo relações entre os movimentos LGBT e o poder público brasileiro. A psicologia e suas instituições estiveram imersas dentro dessa realidade sociopolítica, sendo inclusive protagonistas, em diversos momentos, nas lutas políticas que constituíram esse recorte do cenário nacional.

Apesar da proliferação recente de produções científicas da psicologia na temática LGBT, é perceptível a escassez de produções vinculadas ao contexto político-institucional que percorre a psicologia brasileira, mesmo sendo uma temática de fundamental relevância para pensarmos sobre as políticas da atualidade em relação às questões LGBT. As reflexões e as conclusões, que serão apresentadas, são resultados da pesquisa "Onde estão as LGBT nos Conselhos de Psicologia", desenvolvida como trabalho de conclusão do curso de psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso, nas disciplinas Projeto Orientado de Pesquisa I e II, sob a orientação do Prof. Dr. Henrique de Oliveira Lee.

Em relação a seu desenvolvimento metodológico, foi realizada uma extensa revisão bibliográfica e documental, com o recorte histórico central de 1999 a 2016, utilizando-se do levantamento de fontes primárias de pesquisa, como relatórios de gestão, atas de assembleias e congressos, posicionamentos públicos, notícias e publicações, principalmente pela utilização de ferramentas de pesquisa virtual e de páginas da internet. Tais documentos foram analisados a partir do desenvolvimento de uma linearidade histórica, relacionando-a a processos políticos e acontecimentos externos às próprias ações do Conselho Federal de Psicologia. De modo que no presente artigo procuramos narrar, por meio da organização dos elementos mais recorrentes nas fontes primárias de pesquisa, uma história das intersecções entre sexualidade, política e psicologia – junto a sua relação com um cenário sociopolítico mais amplo – no âmbito das ações e políticas do Conselho Federal de Psicologia.

Vivemos, atualmente, um momento bastante delicado para as políticas sexuais no Brasil, principalmente por conta do avanço das direitas e do conservadorismo no cenário político nacional (Velasco e Cruz e col., 2015). A

[1] O conceito de cisgeneridade, ainda pouco desenvolvido, diz respeito a noção de pessoas "cis/gênero", em contraposição a pessoas "trans/gênero" (ou transexuais), ou seja, o termo "cis" se direciona a pessoas que estão em confluência com as normativas socialmente instituídas de legitimação da expressão do gênero a partir de sua correlação anatômica corporal/sexual dita "correta" (Jesus, 2014).

ofensiva do conservadorismo cristão contra a agenda de direitos sexuais e cidadania LGBT se intensificou a partir da década de 2011, culminando em novas estratégias discursivas, como a promoção das campanhas contra a "ideologia de gênero". O impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a oficialização do Governo Temer marcaram o avanço da agenda conservadora e a consolidação de um cenário de retrocessos em termos de políticas sexuais, assim como nas pautas de direitos humanos de forma geral. Neste sentido, os movimentos LGBT encontram um cenário de novos desafios, bastante diferente daquele do início dos anos 2000, em que a questão LGBT estava em plena ascensão política e social no Brasil.

Dentro dos estudos em Psicologia LGBT, Victoria Clarke e Elizabeth Peel (2007) enfatizaram a necessidade da análise das questões LGBT a partir da ótica de uma psicologia crítica, visualizando a construção de um conhecimento histórico e socialmente contextualizado, comprometido com a promoção da justiça social e com a luta de grupos sociais oprimidos. Dessa forma, compartilhamos desta mesma perspectiva de produção de conhecimento científico, se amparando em uma proposição ético-política de compromisso com a transformação social, visando à construção de uma sociedade mais igualitária, democrática e plural.

1. Abordagens Científicas da Sexualidade e suas Consequências Políticas

Antes de trazermos o debate para a atualidade e para a realidade brasileira é importante compreendermos a historicidade da produção dos saberes sobre a sexualidade. Como aponta Foucault (1988), a sexualidade é uma noção bastante recente no pensamento ocidental, se fixando no século XIX como objeto científico em um contexto de consolidação do saber médico e de áreas como a psiquiatria e a psicologia. A sociedade burguesa, que se desenvolvia naquele período, instaurou uma diversidade de aparelhos de produção de discursos verdadeiros sobre o sexo e seus prazeres, de dispositivos de controle e de disciplinarização dos corpos.

É neste sentido que tal autor apresenta que ocorreu, a partir do final do século XIX, uma significativa transformação na compreensão das práticas homoeróticas. A sodomia, antes um ato proibido pelos antigos códigos civis e canônicos, em que seu autor não passava de um sujeito jurídico, passa a se tornar uma condição psíquica, uma essência subjetiva. Assim, enquanto o sodomita era um reincidente, o homossexual se tornou uma espécie: "um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também uma morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no final das contas, escapa à sua sexualidade" (Foucault, 1988: 43).

A proliferação das mais diversas nomenclaturas, que separavam o sexo natural e saudável, do patológico e desviante, constituiu o início dos estudos sobre a sexualidade humana, principalmente ao final do século XIX e início do século XX. A fisiologia e psicologia do sexo, de seus desejos e prazeres, se tornaram campos privilegiados de estudos dos primeiros sexólogos, alguns participantes do processo pioneiro de politização da sexualidade ao defenderem direitos civis para os "desviantes". Temos, como exemplo, as campanhas pela descriminalização da homossexualidade, naquele momento proibida juridicamente na maioria dos países ocidentais, tendo como caso específico a campanha protagonizada pelo Comitê Científico Humanitário – organização fundada em 1897, por Magnus Hirschfeld, que pedia a derrubada do parágrafo 175 do código penal alemão que criminalizava as práticas homoeróticas (Silva, 2008).

Foram pesquisas pioneiras que engendraram uma série de transformações na compreensão do mundo ocidental sobre as sexualidades, como o trabalho de Karl-Heinrich Ulrichs (1825-95), que desenvolveu a teoria do uranismo; de Richard Freiherr von Krafft-Ebing (1840-1902), considerado fundador da sexologia, com seu famoso livro *Psychopathia sexualis* (1886); de Magnus Hirschfeld (1868-1935), que construiu um forte movimento científico de estudo das "perversões sexuais", além de seu referenciado trabalho sobre transexualidade e travestismo; e de Henry Havelock Ellis (1859-1939), fundador da sexologia moderna, com seus sete volumes do *Studies in the psychology of sex*, sendo um específico para as "inversões sexuais" (Clarke e col., 2010, Weeks, 2002).

Não podemos deixar de citar o desenvolvimento da psicanálise por Sigmund Freud (1856-1939), ampliando a noção de sexualidade para além da procriação, trazendo-a ao campo do desejo e do prazer, sendo uma esfera fundamental do desenvolvimento psíquico. Para Freud, a sexualidade humana não possui um objeto sexual inato e pode fluir para além das funções "naturais" e fisiológicas da procriação, sem necessariamente se tornar uma condição patológica ou antinatural. Freud apresentou uma visão não discriminatória perante as homossexualidades, apesar de alguns de seus importantes sucessores não seguirem a mesma linha – como Anna Freud (sua filha), Ernest Jones e Melanie Klein (Ceccarelli, 2008).

Tais trabalhos, que viriam a influenciar todas as pesquisas sobre sexualidades desviantes no mundo, propagaram a perspectiva que as variações não heterossexuais da sexualidade humana são condições psíquicas e fisiológicas naturais, apesar de inferiores ou reflexo de um desenvolvimento sexual anormal ou mesmo patológico, se posicionando contra a perseguição e criminalização de seus sujeitos (Clarke e col., 2010). Entretanto, não eram poucas as opiniões médicas e psicológicas que compreendiam qualquer variação à heterossexualidade enquanto perversões, patologias, e degenerações que deveriam ser eliminadas ou curadas, como um tecido doente do corpo social. Essa foi a proposta dos movimentos da Higiene Mental e Eugenia Social, que estiveram fortemente organizados no Brasil nas décadas de 20 e 30 (Green, 2003). Lembrando que a Eugenia foi um dos pilares do regime nazista, e as populações

LGBT daquele período, consideradas um empecilho para a perpetuação de uma "boa raça", foram também vítimas dos campos de extermínio nazistas (Borrillo, 2010). Apesar do movimento higienista e eugênico não possuir mais uma organização coesa e aberta, muitas de suas ideias penduram até os dias atuais em nossa sociedade (Boarini & Yamamoto, 2004), mesmo que defendidas de forma velada ou mesmo inconsciente.

Gayle Rubin (1984) apresenta que as hierarquias de valor sexual – que colocam as pessoas heterossexuais em relacionamentos monogâmicos como sinônimo de sexualidade normal e saudável, enquanto as pessoas transexuais, poligâmicas, sadomasoquistas, são jogadas nos níveis mais baixos da hierarquia – funcionam da mesma forma que os sistemas ideológicos do racismo, do etnocentrismo e do chauvinismo religioso. As formas religiosas, populares e psiquiátricas (e porque não psicológicas) de hierarquização das sexualidades são o suporte para racionalização da boa e da má sexualidade. Em seu diferencial, os saberes psicológicos e psiquiátricos amplificaram as técnicas de controle ao transformarem a sexualidade em um campo de constante vigia e normatização, evocando noções como saúde sexual, normalidade, perversão, desvio; construindo assim uma esfera da vida humana que diz sobre a verdadeira essência emocional e subjetiva das pessoas. Como definiu Havelock Ellis: "O homem é o que seu sexo é" (Weeks, 2002: 62, tradução livre).

Em uma marcante contradição, foi a partir desse momento de instauração dos saberes da sexologia, da psiquiatria e psicologia, que se iniciaram os primeiros movimentos significativos de resistência à heteronormatividade nas sociedades ocidentais. Como apresentado por Foucault (1988), apesar da perseguição às práticas sexuais condenadas, em especial à sodomia, não ser um fato novo na história ocidental, a constituição de uma resistência discursiva significativa a isso foi decisivamente um fenômeno bastante recente. O processo de constituição do dispositivo da sexualidade, da produção de discursos verdadeiros sobre o sexo e seus prazeres, se esbarrou com o que o autor chamou de *regra da polivalência tática dos discursos*, ou seja, ao mesmo tempo em que o discurso é instrumento e efeito de poder, é também ponto de resistência e de partida para uma estratégia oposta. Nesse sentido,

> (...) o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e "hemafroditismo psíquico" permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de "perversidade"; mas, também, possibilitou a constituição de um discurso "de reação": a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua "naturalidade" e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada pelo saber médico (Foucault, 1988: 96).

Assim, se inicia um processo que perpassa todo o século XX, em que o homossexual, a lésbica, a travesti, a transexual e tantas outras categorias inicialmente médicas, transcendem a espécie psiquiátrica, os tipos psicológicos, e passam a se reivindicar enquanto identidades sexuais legítimas e sobretudo políticas, organizadas para o embate público na disputa das políticas sexuais de nossa sociedade. As sexualidades desviantes da norma passam a falar por si mesmas e a reivindicar direitos políticos e sociais. Neste movimento, na primeira metade do século XX, na Europa e nos Estados Unidos, surgem os embriões do que hoje chamamos de movimentos LGBT, organizações protagonizadas pelas sexualidades subalterizadas, na busca por transformações socioculturais e pela conquista de direitos civis.

A partir da década de 50, se inicia um processo de mudança das noções psicológicas e psiquiátricas acerca as sexualidades, e um movimento ainda incipiente pela despatologização das homossexualidades (Clarke et. al., 2010). Podemos citar o impacto das pesquisas coordenadas por Alfred Kinsey (1894-1956), apresentadas nos livros *Sexual behavior in the human male* (1948) e *Sexual behavior in the human female* (1953). As pesquisas de Kinsey foram amplamente divulgadas e debatidas nos Estados Unidos, tendo grande impacto sobre a opinião pública. A partir delas, chegou-se à conclusão que aproximadamente 37% dos homens e 13% das mulheres estadunidenses já tiveram experiências homossexuais. Mesmo assim, naquele mesmo momento, a American Psychiatric Association incluía a homossexualidade na lista de doenças mentais em sua segunda edição do *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (DSM-II), de 1952. Ou seja, a homossexualidade poderia ser considerada uma epidemia e um grave problema de saúde pública nos Estados Unidos dos anos 50.

Entretanto, no sentido oposto ao DSM, também na década de 50, tivemos os estudos de Evelyn Hooker (1907-1996), umas das primeiras psicólogas a desafiar a patologização das homossexualidades, que a partir de sua pesquisa, utilizando testes psicológicos de personalidade, chegou à conclusão que a homossexualidade não representa nenhum tipo de desajustamento ou sintoma psicopatológico, não havendo diferenças significativas com o desenvolvimento psíquico de pessoas heterossexuais (Hooker, 1957). Mesmo assim, são necessários vinte anos de debates até a retirada da homossexualidade da lista de patologias do DSM-III, em 1973, em um momento político e social de eclosão dos movimentos sexuais e dos movimentos de direitos civis nos Estados Unidos. Era um momento de efervescência da cultura gay em cidades como New York e San Francisco, com o surgimento das primeiras paradas do orgulho e a eclosão de organizações de homossexuais em todos os cantos dos EUA, proporcionando a entrada de muitos gays e lésbicas na luta política (Silva, 2008).

Durante os anos 70, as campanhas e organizações políticas eram essencialmente protagonizadas por lésbicas e gays, dificultando a inserção das demandas de transexuais e transgêneros, que só viriam a ganhar destaque em

momentos posteriores com a organização do movimento Trans. Não podemos nos esquecer que as transexualidades, ainda hoje, continuam patologizadas pelas associações médicas e órgãos internacionais de saúde, apesar de diversas vozes já se levantarem contra sua patologização (Silva & Barbosa, 2005, 2009, Fernández-Fernández, 2012).

Dois anos após a despatologização da homossexualidade, a American Psychological Association (APA), incorpora, em 1975, uma resolução, pioneira na história da psicologia, sobre a discriminação contra homossexuais, apresentando que:

> Homossexualidade por si só não implica em qualquer prejuízo no julgamento, estabilidade, confiabilidade, ou nas capacidades sociais e vocacionais gerais; neste sentido, a Associação Americana de Psicologia impele a todos os profissionais de saúde mental para assumir a liderança na remoção do estigma de doença mental que tem sido longamente associado com as orientações homossexuais. (...) a Associação Americana de Psicologia apoia e urge pela aprovação de legislações de direitos civis em nível local, estadual e federal, que possam oferecer aos cidadãos que se engajam em atos de homossexualidade as mesmas proteções, neste momento, garantidas para outros com base na raça, credo, cor, etc. (Conger, 1975: para. 2-4, tradução livre).

É durante essa mesma década que se proliferam os estudos sobre as homossexualidades e se desenvolve o campo da *gay affirmative psychology*, principalmente nos Estados Unidos, apesar de muitas de suas pesquisas ainda estarem calcadas em postulados essencialistas e biologicistas (Clarke & Peel, 2007). A partir dos anos 80, se consolidam estudos em psicologia crítica relacionados à temática LGBT, atentos às implicações políticas das pesquisas científicas, trazendo reflexões que já vinham sendo realizados pelo feminismo e pelo movimento negro, debatendo as implicações sociopolíticas e as intersecções entre o colonialismo, o machismo, e as opressões de classe e raça.

Seguindo a história, marcando a consolidação dos estudos LGBT em psicologia, em 1984, temos a criação da Divisão 44 da APA, a atual Society for the Psychological Study of LGBT Issues, que aglutina pesquisadore(as) e profissionais vinculados às questões LGBT na psicologia, com o intuito de organizar publicações, campanhas, eventos, combatendo o heterossexismo por dentro da profissão. Outras iniciativas pioneiras são concretizadas pela Australian Psychological Association, que instituiu um Interest Group em Gay and Lesbian Issues and Psychology, em 1994; e pela British Psychological Society, com a criação da Lesbian and Gay Psychology Section, em 1998 (Clarke e col., 2010).

Ao longo do século XX, a sexualidade “natural” foi instituída, principalmente com o suporte dos saberes como a medicina, a psicologia e a psiquiatria, a partir de numerosas técnicas de controle e enquadramento social. No entanto, a tentativa de fazer da sexualidade um campo de investigação científica trouxe

consequências paradoxais – pois, paralelamente à objetificação desses indivíduos enquanto espécies patológicas, se construiu a sua auto-organização enquanto sujeitos políticos. Esse mesmo aspecto paradoxal também se observa nas mudanças estratégicas no cenário político-institucional das políticas públicas. Se num primeiro momento, a população LGBT era um "objeto" de atenção de campanhas de saúde, um "público alvo" de determinadas políticas de controle e normatização, sobretudo no campo da saúde pública; posteriormente começaram a aparecer as organizações políticas do atualmente chamado movimento LGBT, definindo tal população como demandante de políticas concretas no campo dos direitos civis.

Em menos de cem anos, a Psicologia deixou de ser um saber unicamente legitimador da heteronormatividade e da cisgeneridade, para se tornar uma possibilidade de resistência e transformação político-sexual. Darmos visibilidade para essa história da Psicologia enquanto ciência, e para as consequências políticas dessas práticas científicas, é sobretudo desnaturalizar categorias que fundamentam certas crenças sociopolíticas contemporâneas, tais como a neutralidade da ciência e o caráter natural da sexualidade.

2. Psicologia como Profissão e os Estudos da Sexualidade no Brasil

No Brasil, a psicologia é definitivamente regulamentada enquanto profissão e curso de graduação somente na década de 60. Entretanto, antes disso, mais exatamente ao final do século XIX e início do século XX, a psicologia já era ministrada em outros cursos de graduação, como no direito, na filosofia, na medicina, na pedagogia, e em cursos de pós-graduação. Apesar dessa regulamentação tardia, o desenvolvimento da psicologia brasileira, enquanto campo teórico e prática profissional, já estava em pleno vapor nas primeiras décadas do século XX, a partir das abordagens clínicas e psicométricas, construídas, principalmente, por médicos e educadores (Soares, 2010), para áreas como a psiquiatria, a medicina legal, a pedagogia e processos de ensino e aprendizagem, a gestão e administração empresarial, a seleção e orientação profissional.

Durante a primeira metade do século XX, vivemos um projeto político de modernização das instituições e da sociedade brasileira, idealizado pelas noções liberal-positivistas de busca do "progresso" pela urbanização e industrialização do país (Antunes, 2012, Yamamoto, 2012), assim como a construção de um Estado forte. Era a tentativa de "europeizar" o Brasil, em que passamos também por transformações fundamentais em nossa estrutural estatal, com a construção de políticas sociais (saúde e educação), implementação de direitos trabalhistas, ampliação dos direitos civis e políticos. Os saberes e as práticas psicológicas eram compreendidos enquanto parte importante desse projeto modernizador, junto a

todas as transformações que o país passava, pois ofereciam potentes técnicas de controle e normatização, tão necessárias para a construção de uma sociedade industrial e urbanizada dentro da lógica disciplinar capitalista. Não é por acaso a forte associação da psicologia com os movimentos higienistas e eugenistas, a exemplo dos trabalhos pioneiros em psicologia realizados pela Liga Brasileira de Higiene Mental, já na década de 20.

Os primeiros debates sobre psicologia e sexualidade no Brasil, foram realizados, principalmente, a partir do olhar da teoria psicanalítica, que teve grande influência sobre parte dos pioneiros, em sua grande maioria médicos (Carrara & Russo, 2002). Entretanto, tais debates se constituíram fortemente associados a uma perspectiva de controle da população e de suas doenças, de eliminação das degenerações que atravancam o progresso nacional, seguindo a perspectiva da eugenia de melhoramento da raça brasileira. Com o desenvolver do campo da sexologia e o enfraquecimento do movimento eugenista, na segunda metade do século XX, perspectivas como a da educação sexual e da terapia sexual dominaram o debate (Russo e cols., 2011), porém ainda vinculadas à busca de padrões saudáveis de sexualidade, em que os debates sobre pessoas LGBT eram timidamente apresentados – em sua maioria, de forma conservadora e preconceituosa – ou simplesmente invisibilizados.

Sobre a história da regulamentação da psicologia, o Sistema de Conselhos de Psicologia (Conselho Federal e Conselhos Regionais), é criado apenas em 1971, como autarquia pública incumbida do exercício de regulamentação e polícia da profissão, sendo um braço do Estado brasileiro (Costa & Valente, 2008). Como resultado da promulgação do AI-5, em 1968, o início da década de 70 foi marcado pelo recrudescimento da violência estatal e da repressão política. As primeiras gestões do CFP foram permeadas pelo corporativismo e pelo discurso do não envolvimento político, apesar de haver fortes indícios de alinhamento político-ideológico com o Regime Militar, há exemplo da entrega de títulos honorários a presidentes e ministros militares (Hur, 2012).

Com a abertura política nos anos 80, com o fim da ditadura e o início da redemocratização, as esquerdas iniciam a disputa dos espaços do Sistema de Conselhos de Psicologia, inserindo as pautas de Direitos Humanos como uma perspectiva ético-política de atuação profissional. Se nos anos 70 as gestões do CFP eram marcadas pelo discurso da neutralidade política em um contexto de ditadura, ao final dos anos 80 – com a eclosão de diversos movimentos sociais e a participação de psicóloga(os) nas lutas pela redemocratização – esse cenário se transforma e temos a politização dos espaços da psicologia. Porém, apesar disso, demora mais de uma década para que a temática da sexualidade fosse encarada enquanto uma questão política, de promoção de direitos e cidadania a grupos sociais discriminados e oprimidos.

Historicamente, os anos 80 foram marcados pela eclosão dos primeiros movimentos LGBT brasileiros, com a atuação do Grupo Somos, em São Paulo, e do jornal Lampião da Esquina, no Rio de Janeiro; com o surgimento dos primeiros

encontros nacionais da militância LGBT; com a criação do Grupo Gay da Bahia e do Triângulo Rosa/RJ, junto à reivindicação de direitos civis, à luta pela despatologização e pela construção de uma imagem positiva das homossexualidades. Como uma grande conquista, tivemos a despatologização da homossexualidade pelo Conselho Federal de Medicina, em 1984.

Foi também o período de epidemia do HIV/AIDS e a sua associação direta com a população LGBT, vulnerabilizando ainda mais esse grupo e intensificando o preconceito. No entanto, em um sentido inverso, ampliou-se a visibilidade social para as demandas e reinvindicações políticas desse grupo, principalmente no campo das políticas públicas e da promoção de cidadania (Facchini 2002, Silva, 2008, 2011).

De fato, no Brasil de fins do século XX, a população LGBT consolidou sua militância política, concretizando também uma forte resposta ao HIV/AIDS, que iria desenrolar nas primeiras parcerias dos movimentos LGBT com o poder público e o Estado brasileiro. Não podemos nos esquecer do momento histórico em que o país passava: redemocratização e fim da ditadura militar, eclosão de movimentos sociais e partidos políticos, consolidação dos movimentos de luta por ampliação dos direitos sociais e dos direitos humanos, e crescimento exponencial das forças políticas de esquerda.

É nos anos 80, que Marta Suplicy – psicóloga, que posteriormente ingressará na vida política pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – torna-se referência com a publicação de diversos livros sobre sexologia e, principalmente, ao apresentar um quadro sobre sexualidade no programa *TV Mulher*, na Rede Globo, falando abertamente sobre educação sexual e sexualidade feminina, gerando diversos protestos de líderes e movimentos conservadores (Russo et. al., 2011). Temos também a criação do Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS), em 1987, uma ONG que congregava diversos profissionais, se tornando referência no debate sobre orientação e educação sexual.

Em continuidade, nos anos 90, se mantém a crescente organização dos movimentos LGBT, vide a criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), em 1995, sendo um momento de institucionalização de grande parte da militância por meio da criação de ONG, muitas prestadoras de serviços em parceria com o poder público. Surgem também as Paradas LGBT, estratégias de visibilidade massiva na disputa da opinião pública (Facchini e cols., 2013), alcançando grande impacto midiático, se tornando em pouco tempo as maiores manifestações de rua de um movimento social brasileiro (Silva, 2008, 2011), além da consolidação de um amplo e potente mercado GLS.

Em relação à psicologia, durante os anos 90, temos a consolidação do grupo "Cuidar da Profissão" na gestão do Conselho Federal, tornando-se também hegemônico na maioria dos conselhos regionais. O Cuidar trouxe uma perspectiva crítica e social para o debate ético-político da profissão, compreendendo a promoção dos Direitos Humanos como uma política central para a entidade, se

afastando de vez do corporativismo das primeiras gestões. Em 2013, após mais de quinze anos na gestão do CFP, o Cuidar perde a eleição para a chapa "Fortalecer a Profissão", uma articulação ampla contando com a participação de dissidentes do Cuidar. A pauta dos direitos humanos e LGBT é continuada – apesar de algumas diferenças estratégicas – sob uma perspectiva ético-política bastante similar.

Entretanto, após três anos perpassados por fortes tensões entre esses dois campos, o Cuidar retorna à gestão do CFP, ganhando a eleição realizada em 2016. Nesta eleição, a chapa "Renovação da Psicologia", com um perfil mais à direita, reivindicando a neutralidade política e apresentando as gestões do Cuidar e do Fortalecer como "ideológicas" e "partidárias", termina em terceiro lugar com 17% dos votos.

A partir dos anos 2000, as pautas LGBT passam a se tornar uma política do Sistema de Conselhos de Psicologia, praticamente sem grandes dissensos, após a aprovação da Resolução nº 01/99. Algo que será tratado mais detalhadamente no tópico a seguir.

3. As Políticas LGBT no Conselho Federal de Psicologia

- Ações pioneiras de uma política ainda incipiente (1999-2007)

Junto às denúncias advindas de organizações LGBT sobre psicólogo(as) que ofereciam a cura da homossexualidade, ao final dos anos 90, o CFP inicia o debate sobre as questões LGBT a partir de um Grupo de Trabalho (GT), organizado para dar uma resposta às terapias de conversão (Kahhale, 2011). Como resultado das discussões realizadas por esse GT, foi construída a Resolução nº 1/1999, que "estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual", demarcando que a homossexualidade não se constitui enquanto um distúrbio ou patologia. Assim, de acordo com o artigo 3º e o parágrafo único da resolução:

> **Art. 3° -** os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. **Parágrafo único** - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades (Conselho Federal de Psicologia, 1999).

A resolução 01/99 é a primeira política do CFP nesta direção, sendo um marco para a psicologia brasileira e sua relação com a promoção de direitos LGBT, abrindo também caminhos para esse debate dentro do Sistema de Conselhos de

Psicologia. Assim, dois anos depois da aprovação dessa resolução, o termo "homossexual" aparece, pela primeira vez, em uma ata do IV Congresso Nacional de Psicologia (CNP), em 2001. Naquele mesmo ano, o CFP participaria do Internacional Meeting on Lesbian Gay and Bisexual Concerns in Psychology, organizado pela APA, junto à representantes de entidades profissionais de psicologia de diversos países. Como fruto desse encontro, tivemos a criação da International Psychology Network for Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Intersex Issues (IPsyNet), em 2005, tendo como representação oficial brasileira o Conselho Federal de Psicologia.

Ao longo dos anos 2000, vemos o avanço gradual das pautas LGBT dentro do CFP, em um período em que tais pautas também avançavam em todas as esferas da sociedade brasileira. As articulações entre os movimentos LGBT e o poder público, inicialmente voltadas para resposta à AIDS nos anos 80 e 90, começavam a se consolidar para além das políticas de saúde, com a implementação dos primeiros Centros de Referência LGBT, nos munícipios do Rio de Janeiro (1999) e de Campinas (2003). Em nível federal, temos avanços significativos com a publicação do Plano Nacional de Direitos Humanos II (2002) e, posteriormente, com o Programa Brasil Sem Homofobia (2004), que dá o pontapé inicial para uma série de políticas e ações promovidas pelo Governo Federal (Aragusuku & Lopes, 2016, Mello, Maroja & Brito, 2010). Em âmbito internacional, ocorre a aprovação do casamento homoafetivo em países como a Holanda (2001) e a Bélgica (2003). No Poder Legislativo, eram travados debates dentro do Congresso Nacional sobre projetos de lei vinculados ao casamento homoafetivo e à criminalização da homofobia. E por fim, no âmbito acadêmico e científico, a partir dos anos 2000, presenciamos uma forte eclosão de pesquisas e produções acadêmicas vinculadas à temática LGBT (Facchini et. al., 2013), e nesse sentido, amadureciam também as produções em psicologia, que se diversificam e se multiplicavam.

No período de 2002 a 2007, o Conselho Federal não realizou ações ou campanhas significativas em torno da questão LGBT, entretanto, começou minimamente a se posicionar sobre o assunto a partir da defesa das implicações da resolução 01/99. Dentro desse cenário, temos, em 2003, o primeiro enfrentamento público do CFP com o conservadorismo político e os partidários das terapias de orientação heteronormativa. Naquele ano, a tramitação do PL 2.177/03, apresentado pelo Deputado Neucimar Fraga (PL/ES) – que propunha a criação de um serviço de recondução voluntária à heterossexualidade, sob a responsabilidade do poder público e do Sistema Único de Saúde (SUS) – faz o CFP se posicionar sobre a temática, reafirmando e enfatizando sua posição pela despatologização das práticas homoeróticas.

O V CNP, realizado em 2004, amplia o debate sobre diversidade sexual, buscando uma aproximação com os movimentos LGBT e, de forma mais específica, levantando o debate das políticas de adoção para casais homossexuais. O CNP seguinte, de 2007, consolida ainda mais as pautas LGBT no Sistema de Conselhos,

encaminhando também o apoio ao projeto de lei sobre a "criminalização da homofobia".

- A consolidação das políticas no CFP seguindo a onda nacional favorável (2008-2010)

A partir de 2008, o CFP se insere dentro das movimentações nacionais em torno da pauta LGBT, naquele momento em pleno avanço e com uma forte agenda política. Nesse cenário, presenciávamos a realização da I Conferência Nacional LGBT (2008); a multiplicação de Centros de Referência LGBT em diversas regiões do país; a pressão para a implementação efetiva das ações do Brasil Sem Homofobia; e as lutas dentro do legislativo pela aprovação do casamento homoafetivo e da criminalização da homofobia. Naquele ano, o CFP realizava sua primeira campanha nacional, com a cartilha "Adoção, um direito de todos e todas", apresentada na I Conferência LGBT, levantando a discussão sobre adoção e homoparentalidade. Também, ao final de 2008, é criado um novo GT de diversidade sexual dentro da entidade, tendo como um de seus objetivos, debater e propor um posicionamento sobre o processo transexualizador – em resposta a sua regulamentação pelo Ministério da Saúde, pela portaria nº 1.707/08.

O ano de 2009 é marcado pelas comemorações em torno dos dez anos da resolução 01/99, com eventos e homenagens dos movimentos LGBT ao CFP. Entretanto, nesse mesmo ano, ocorre o primeiro ataque direto à resolução 01/99 no Congresso Nacional. É apresentado, o PDC 1.640/09, do Deputado Federal Paes de Lins (PTC/SP), visando sustar o parágrafo único do artigo 3º e o artigo 4º, permitindo assim ao menos a defesa pública das terapias de orientação heteronormativa, apesar de ainda não permitir sua realização. Esse projeto legislativo teve pouca visibilidade política e permaneceu intocado até seu arquivamento.

Algo que também marcou o ano de 2009 foi a grande visibilidade midiática dada ao julgamento da psicóloga Rozângela Justino, acusada de violar a resolução 01/99 ao ofertar terapia de cura da homossexualidade. A psicóloga – que apenas aparecia de máscara médica, peruca e óculo escuro – foi entrevistada pelos principais jornais, revistas e telejornais do país. O processo ético-profissional foi aberto em 2007, após denúncias, apresentadas por organizações LGBT do Rio de Janeiro, que pediam a cassação de seu título. Entretanto, tanto CRP-RJ quanto o CFP decidiram pela Censura Pública, uma punição que age mais em termos de advertência.

No ano de 2010, é realizado o Seminário Nacional Psicologia e Diversidade Sexual, contando com a presença dos principais nomes da psicologia que debatiam sexualidade, Direitos Humanos e questões LGBT; resultando na publicação de um

livro, no ano seguinte, com as falas das conferências (Conselho Federal de Psicologia, 2011). De ações significativas, tivemos a elaboração de um extenso documento sobre a resolução 01/99, solicitado pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro (MPF-RJ); e o início de uma pesquisa do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) sobre a atuação profissional em psicologia nas políticas públicas LGBT. A pesquisa iniciada pelo CREPOP não foi finalizada ou seus resultados nunca vieram a público, sendo apresentado apenas um relatório parcial de pesquisa, em setembro de 2010. Assim como era previsto, não tivemos a publicação de um caderno de referência técnica, pelo CREPOP, sobre psicologia e questões LGBT.

Dentro das políticas do Governo Federal, temos a publicação do Plano Nacional LGBT (2009), elaborado a partir dos encaminhamentos da I Conferência Nacional; e a aprovação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2009), pelo Conselho Nacional de Saúde; além da criação do Conselho Nacional LGBT (2010), espaço composto por representantes do governo e da sociedade civil para a formulação e fiscalização de políticas públicas, onde o CFP possui uma cadeira titular.

- Avançando nas políticas internas e se defendendo dos ataques externos (2011-2013)

Apesar dos anos de 2004 a 2010 serem marcados pelo avanço das políticas LGBT – sem nos isentarmos das contradições desse processo – o início do Governo Dilma, em 2011, é marcado por uma nova correlação de forças políticas e por recuos abertos do Governo Federal, como no caso da suspensão dos materiais do programa Escola Sem Homofobia, seguido pela fala da presidenta, de que seu governo não faz propagando de “opções sexuais”. Temos a realização da II Conferência LGBT (2011), porém sem a construção de um novo plano nacional ou a revisão do antigo. A partir desse momento, o Governo Federal inicia um processo de implementação tímida das políticas LGBT, sem grandes projetos nacionais, em um momento que as políticas LGBT avançavam gradualmente em Estados e municípios do interior do país, principalmente com a criação de conselhos e secretarias (Aragusuku & Lopes, 2016). Porém, tivemos também avanços significativos com a regulamentação da união civil, em 2011, e do casamento homoafetivo, em 2013, ambos pelo Poder Judiciário Federal. Enquanto o legislativo vai se tornando cada vez mais conservador e inacessível para as pautas LGBT.

Em meio à suspensão dos materiais do Escola Sem Homofobia, o CFP se posiciona contrário à decisão do Governo Federal, lançando um documento que dava parecer técnico favorável para a sua utilização nas escolas. Em junho daquele mesmo ano, temos a publicação da Resolução 14/2011, que permite o uso do nome social na carteira de identidade profissional, assim como em documentos, laudos

e relatórios. A resolução do CFP é deficitária quando a comparamos com a resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), pois ainda delimita a utilização do nome de registro civil ao lado do nome social para a assinatura de documentos oficiais, enquanto a resolução do CFESS apresenta apenas a necessidade do nome social junto ao número de registro. Na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), de dezembro de 2011, foi encaminhada uma comissão para revisar a resolução 14/11, a partir da resolução do CFESS. No entanto, até o momento, a resolução continua inalterada. Também, durante esse mesmo APAF, era aprovado o "Manifesto pela Despatologização das Identidades Trans", que seria entregue na II Conferência LGBT.

De grande repercussão nas políticas do CFP, em 2011, é apresentado o PDC 234/2011, pelo Deputado Federal João Campos (PSDB/GO), uma reapresentação do PDC 1.640/09. Contudo, diferente da primeira aparição desse projeto, o PDC 234/11 se tornou alvo de grande atenção midiática, pois existiam chances reais do projeto ser aprovado pelas comissões, principalmente após a chegada do pastou ultraconservador Deputado Marco Feliciano (PSC/SP) na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal (CDHM), em 2013. As discussões em torno do PDC 234/11 foram permeadas por intensos protestos protagonizados pelos movimentos sociais pró-LGBT, se somando às manifestações pelo "Fora Feliciano" – ocorrendo também certa polarização com movimentos conservadores.

Deste modo, os anos de 2012 e 2013 foram marcados pelas discussões em torno da resolução 01/99 e do PDC 234/11 e por intensos ataques dos movimentos conservadores. Ocorreram inclusive ações desarticuladas e atrapalhadas, como a tentativa fracassada de abertura de uma ação civil pública para alcançar os efeitos desse PDC via judiciário, por três procuradores do MPF-RJ, em 2012. Concomitantemente a tais ataques, o CFP intensificou sua defesa dos direitos LGBT, participando de eventos, seminários e manifestações, lançando também notas públicas e posicionamentos. Sobre ações de maior visibilidade, em 2012, a entidade assina um acordo de cooperação com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR) para o auxílio na instalação de conselhos estaduais de enfrentamento à homofobia, buscando também o apoio governamental contra os ataques que vinha sofrendo; além do lançamento de uma série de quatro vídeos sobre Psicologia e Diversidade Sexual.

Sobre o PDC 234/11, os debates se arrastam por mais de dois anos, dando visibilidade a temas como terapias de conversão, atendimento psicoterapêutico para pessoas LGBT, conservadorismo político e religioso, psicologia e laicidade. Por conta disso, foram realizados diversos debates e audiências públicas, em que começaram a ganhar destaque nacional, em oposição aos direitos LGBT e à gestão do CFP, figuras como a psicóloga Marisa Lobo – na época, em julgamento pela Comissão de Ética do CRP-8 (Paraná), por sua tentativa de articular o conservadorismo evangélico com sua prática profissional, a partir da sua autointitulada Psicologia Cristã. Em 2013, a situação se tornou alarmante quando o PDC 234/11 foi aprovado pela CDHM, presidida por Marcos Feliciano. No entanto,

tal projeto legislativo já estava tão desgastado pela opinião pública, em meio à pressão de protestos de diversas vozes da sociedade, que seu autor e seu partido recuam e retiram-no de pauta.

Foram conturbados os anos em que o PDC 234/11 esteve em tramitação, pois sua existência não questionava apenas as políticas LGBT da entidade, mas a própria legitimidade do CFP em regulamentar e fiscalizar o exercício da profissão. A situação caótica que foi gerada e a necessária reação da entidade, não apenas serviram de alerta para o avanço do conservadorismo político e do fundamentalismo religioso dentro da prática profissional, mas também deram visibilidade e expandiram o debate público sobre psicologia e diversidade sexual, inclusive para além do Sistema de Conselhos.

No campo das políticas públicas, em 2013, dois pontos relacionados à saúde LGBT tiveram avanços dentro do CFP: a conquista de uma cadeira titular na Comissão Intersetorial de Saúde da População LGBT, do Conselho Nacional de Saúde; e a publicação da "Nota Técnica sobre o Processo Transexualizador", cinco anos após sua regulamentação pelo Ministério da Saúde.

- Retrocessos no cenário nacional e a atenção sobre a temática Trans (2014-2016)

Em 2014, tivemos a troca de gestão do CFP, com a continuidade dos tensionamentos envolvendo a defesa dos direitos LGBT e os ataques conservadores externos. Concomitantemente, passa a coexistir um cenário político nacional marcado por retrocessos, principalmente no tocante à temática dos Direitos Humanos, de forma geral, e em particular dos Direitos Sexuais e Reprodutivos. Assim, se rearticula uma forte bancada religiosa no Congresso Nacional, propagadora de política reacionárias, sendo amparada por movimentos políticos localizados no campo do conservadorismo cristão, sobretudo advindo das igrejas evangélicas e neopentecostais (Aragusuku, 2016).

Em meio a esse cenário, temos a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), em meados de 2014, onde foi retirado qualquer tipo de menção à diversidade sexual e de gênero, dando força para que fosse realizado o mesmo nos planos municipais e estaduais, sobre pressão de protestos e manifestações conservadores, realizados em todo o país em 2015 contra a "ideologia de gênero" nas escolas. Em resposta ao debate na educação, já em maio de 2014, a Comissão de Direitos Humanos do CFP se posicionava de forma contrária às modificações no PNE, compreendidas enquanto graves retrocessos no campo dos Direitos Humanos.

Dentre suas políticas, a partir de 2014, o CFP fortalece o debate sobre direitos de travestis e homens e mulheres transexuais, algo que já vinha sendo amadurecido há alguns anos, resultando no lançamento da campanha

"Despatologização das Identidades Transexuais e Travestis", tendo como abertura um debate online sobre a psicologia e o processo transexualizador. No ano seguinte, em 2015, a campanha ganha uma página virtual, trazendo importantes contribuições e um grande número de informações sobre direitos LGBT e a temática Trans. Também naquele ano, o CFP divulga um formulário da pesquisa destinada para a produção de "Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas e Psicólogos em Políticas Públicas de Direitos Sexuais e Reprodutivos".

Em 2015, tivemos a decisão final sobre o extenso e polêmico julgamento da psicóloga Marisa Lobo, que recorreu ao CFP pela decisão de cassação de seu título pelo CRP Paraná (8ª Região). Em meio a fortes pressões de movimentos evangélicos e à possibilidade de judicialização do processo, correndo o risco da reversão do julgamento e consequente desmoralização da entidade, o parecer final é a Censura Pública, em vez da cassação do título. Relembrando: a mesma punição dada à Rozângela Justino, em 2009. Atualmente, Marisa Lobo e Rozângela Justino continuam ativas na militância contra os direitos LGBT, dentro e fora da psicologia.

Em 2016, o CFP continuou alimentando a campanha pela despatologização das identidades trans e travestis – com artigos, debates e materiais audiovisuais vinculados à página virtual da campanha. E, em suas últimas ações de maior peso, tivemos a realização da 2ª Conferência Internacional Psicologia LGBT e Campos Relacionados, em março, organizada pelo CFP e instituições parceiras, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), congregando produções científicas e as principais discussões sobre a temática LGBT no Brasil, sobretudo relacionando-as com a psicologia.

Por fim, em junho, tivemos também a apresentação de palestras sobre psicologia e questões LGBT, durante o 6º Congresso Regional da Sociedade Interamericana de Psicologia, a partir de representação da Comissão de Direitos Humanos do CFP. Durante o 9º Congresso Nacional de Psicologia, realizado em junho, a questão LGBT foi aprovada em ao menos dez propostas de ação, visualizadas na versão preliminar do caderno de deliberações. Também foi apresentada uma moção relacionada à questão LGBT, construída pela articulação de psicólogos e psicólogas LGBT que, naquele congresso, ensaiou a criação de um movimento nacional de psicologia e direitos LGBT.

Considerações Finais

A psicologia, no Brasil e no mundo, passou por grandes transformações ao longo do século XX, de um saber/fazer basicamente legitimador das normas cis-heterossexistas, para uma possibilidade de saber/fazer comprometido com as transformações socioculturais no campo das sexualidades, ao lado dos movimentos sociais na luta contra o machismo e o patriarcado, o cissexismo e o

heterossexismo, o racismo e a xenofobia, além das explorações do sistema capitalista e sua lógica manicomial, disciplinar e colonial. Ao longo da história da psicologia brasileira, o Conselho Federal de Psicologia, nos últimos vinte anos, vem se posicionando mais próximo desse campo da psicologia, presente politicamente nas lutas por transformações em nossas estruturas sociais de opressão e normatização.

No entanto, podemos dizer que existe ainda uma psicologia hegemônica, velada nas produções acadêmicas e geralmente escancarada nas práticas profissionais: individualista e conservadora, que naturaliza e essencializa nossas relações socioculturais, e reforça as nossas desiguais relações de poder. Definitivamente, não é apenas pelo exercício de polícia da profissão que conseguiremos modificar tais relações, demonstrando que são mais que essenciais as campanhas e eventos promovidos pelo Conselho Federal de Psicologia, assim como um maior envolvimento das outras entidades e associações profissionais de psicologia que, em sua grande maioria, permanecem praticamente estranhas à temática LGBT.

As questões LGBT, ao longo dos anos 2000, ganharam espaços no Sistema de Conselhos, nas produções acadêmicas e nas práticas profissionais em psicologia. Entretanto, também se desencadeou uma forte reação de grupos conservadores da sociedade, principalmente de setores do cristianismo que compreendem a cisgeneridade e a heterossexualidade como as únicas possibilidades legítimas e naturais de expressão erótico-sexual. O conservadorismo político se rearticula no país, mantendo e ampliando sua presença nas instituições representativas brasileiras, colocando assim em risco os frágeis avanços alcançados na última década.

Para pensarmos nos desafios do cenário atual das políticas LGBT no Brasil, podemos lançar uma série de questões que Jeffrey Weeks (1998) compreendia como centrais nas políticas sexuais que viriam ao longo do século XXI. Que tipo de cidadania sexual estamos falando? Como articularmos as políticas macro com as micropolíticas: os novos arranjos familiares, as tecnologias sexuais, a desnaturalização da sexualidade e do gênero? E, sobretudo, como construirmos a afirmação do particular, da diversidade e dos direitos de um grupo, sem nos distanciarmos da construção de um ideal comum de humanidade?

Falamos em reação de setores conservadores frente à conquista de direitos e cidadania LGBT, entretanto, temos que ter ciência do avanço de políticas conservadoras dentro da própria população LGBT, ou mesmo da apropriação conservadora de pautas históricas dos movimentos LGBT (Drucker, 2015). A incorporação do nacionalismo por setores da população LGBT, junto a sua normatização a padrões heteronormativos, racistas e patriarcais é um fenômeno recentemente percebido, mas presente em nossa sociedade. Não é surpresa que, nas eleições de 2014, inclusive partidos tradicionais da direita brasileira apresentaram programas governamentais que contemplavam direitos e cidadania LGBT (Irineu, 2014). Em tempos de cidadania neoliberal, que potencializa e

naturaliza as desiguais relações de poder dentro do sistema capitalista, é fundamental nos perguntarmos: qual a perspectiva ético-política de direitos LGBT que estamos defendendo?

A psicologia brasileira está também imersa nessas questões, que se articulam em nossa sociedade de forma ampla. Nesse cenário contraditório, de imensos avanços de um lado e tremendos retrocessos de outro, vemos que as disputas políticas não caminham de forma linear. Desde a publicação da resolução 01/99, em 1999, até o protagonismo na luta pela despatologização das identidades trans, nos tempos atuais, foram muitas as transformações socioculturais e político-institucionais no Brasil. E apesar das tensões presentes no Sistema de Conselhos, dentro do atual cenário de avanço do conservadorismo político, as pautas LGBT continuam centrais nas políticas do Conselho Federal de Psicologia. Neste momento, a psicologia ainda possui em seus principais espaços políticos uma narrativa relativamente comprometida com a promoção de direitos humanos e direitos LGBT. Entretanto, vozes conservadoras ecoam – cada vez mais fortes – em todos os espaços da sociedade, inclusive dentro da psicologia enquanto ciência e profissão.

Referências Bibliográficas

Antunes, Mitsuko A. M. (2012). *A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições.* Psicol., Ciênc. Prof., 32 (n/e), 44-65.

Aragusuku, Henrique A. (2016). Pela vida, pela família e pela propriedade privada: hegemonia, conservadorismo cristão e políticas sexuais. In *Anais do VIII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero*. Juiz de Fora, MG.

Aragusuku, Henrique A. & Lopes, Moisés (2016). *Preconceito, Discriminação e Cidadania LGBT: Políticas Públicas em Mato Grosso e no Brasil*. ACENO, 3 (5), 242-258.

Boarini, Maria L. & Yamamoto, Oswaldo H. (2004). *Higienismo e Eugenia: discursos que não envelhecem*. Revista Psicologia, 13 (1), 59-72.

Borrillo, Daniel (2010). *Homofobia: história e crítica de um preconceito.* Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Carrara, Sérgio L. & Russo, Jane A. (2002). *A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a auto-ajuda*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, 9 (2), 271-290.

Ceccarelli, Paulo R. (2008). *A invenção da homossexualidade.* Revista Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades, 2, 71-93.

Clarke, Victoria, Ellis, Sonja J., Peel, Elizabeth & Riggs, Damien W. (2010). *Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Queer Psychology: an introduction.* New York: Combridge University Press.

Clarke, Victoria & Peel, Elizabeth (2007). *LGBT psychology theory and pratice in the UK: a review of key contributions and current developments.* Journal of Gay & Lesbian Psychotherapy, 11 (1/2), 7-25.

Conselho Federal de Psicologia (1999). *Resolução CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília.

Conselho Federal de Psicologia (2011). *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos.* Brasília, CFP.

Conger, John J. (1975). *Proceedings of the American Psychological Association, Incorporated, for the year 1974: Minutes of the annual meetings of the Council of Representatives*. American Psychologist, 30, 620-651.

Costa, Beatriz R. M. & Valente, Manoel A. L. (2008) *Responsabilidade Social dos Conselhos Profissionais.* Brasília: Câmara dos Deputados.

Drucker, Peter (2015). *Gay Normality and Queer Transformation*. Zapruder World, 2. Disponível na internet em: http://www.zapruderworld.org/content/peter-drucker-gay-normality-and-queer-transformation [Data de acesso: 20 mar. 2016].

Facchini, Regina (2002). *"Sopa de Letrinhas"? – movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas.

Facchini, Regina, Daniliauskas, Marcelo & Pilon, Ana C. (2013). *Políticas Sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões.* Revista de Ciências Sociais, 44 (1), 161-193.

Fernández-Fernández, Daniel. (2012). La patologización del deseo: apuntes críticos en torno a la coerción de la identidad y del placer. *Psicologia Política,* 12(24), 195-210.

Foucault, Michel (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber.* Rio de Janeiro: Edições Graal.

Green, James N. (2003). Homosexuality, Eugenics, and Race: Controlling and Curring "Inverts" in Rio de Janeiro in the 1920s and '30. In *The Body and Body Politics in Latin America*. College Park, Maryland.

Hooker, Evelyn (1957). *The adjustment of the male overt homosexual*. Jornal of Projective Techniques, 21, 18-31.

Hur, Domenico U. (2012) *Políticas da Psicologia: Histórias e práticas das associações profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a ditadura e a redemocratização do país.* Psicologia USP, 23 (1) 69-90.

Irineu, Bruna A. (2014). *Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil.* Revista Em Pauta, 34 (12), 155-178.

Jesus, Jaqueline G. (org.). (2014). *Transfeminismo: teorias e práticas.* Rio de Janeiro, Metanoia.

Kahhale, Edna M. (2011). Histórico do Sistema Conselhos de Psicologia e a interface com as questões LGBTs. In Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (Ed.). *Psicologia e diversidade sexual* (pp. 20-24). São Paulo: CRPSP.

Mello, Luiz, Maroja, Daniela & Brito, Walderes (2010). *Políticas Públicas para população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar* (Relatório de Pesquisa). Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Rubin, Gayle (1984) Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In Vance, Carole S. (Ed.). *Pleasure and danger: exploring female sexuality* (pp. 267-319). Londres: Routledge e Kegan Paul.

Russo, Jane, Rohden, Fabíola, Torres, Igor, Faro, Livi, Nucci, Marina F. & Giami, Alain (2011) *Sexualidade, ciência e profissão no Brasil.* Rio de Janeiro: CEPESC.

Silva, Alessandro S. (2008). *Luta, Resistência e Cidadania: uma análise psicopolítica dos Movimentos e Paradas do Orgulho LGBT.* Curitiba, Juruá.

Silva, Alessandro Soares da. (2011). Memória, Consciência e Políticas Públicas: o papel das Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas inclusivas. Revista Electrónica de Psicología Política (En línea), 9(27). 112-137. Acessado em 11/08/2014, de: http://www.psicopol.unsl.edu.ar/abril2012-nota09-Memoria,%20conciencia%20y%20pol%EDticas%20publicas-el%20papel%20de%20las%20marchas%20del%20orgullo%20LGBT.pdf

Silva, Alessandro S., & Barboza, Renato. (2005). Diversidade sexual, Gênero e Exclusão. Social na produção da Consciência Política de Travestis. *Athenea Digital*, 8, 2005, pp. 27-49. Acessado em 27/04/2014, de: http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=53700802

Silva, Alessandro S., & Barboza, Renato. (2009). Exclusão Social e Consciência Política: luta e militância de transgêneros no ENTLAIDS. *Cadernos CERU*, série 2, 20(1), 257-276. Acessado em 27/04/2014, de: http://www.revistas.usp.br/ceru/article/viewFile/11883/13660

Soares, Antonio R. (2010). *A Psicologia no Brasil.* Psicol., Ciênc. Prof., 30 (n/e), 8-41.

Velasco e Cruz, Sebastião, Kaysel, André & Codas, Gustavo (2015). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro.* São Paulo, Editora Fudação Perseu Abramo.

Weeks, Jeffrey (1998). *The Sexual Citizen.* Theory, Culture & Society, 15 (3), 35-52.

Weeks, Jeffrey (2002). *Sexuality and its discontents: meanings, myths & modern sexualities.* New York: Routledge.

Yamamoto, Oswaldo H. (2012). *50 anos de Profissão: Responsabilidade Social ou Projeto Ético-Político?*. Psicol., Ciênc. Prof., 32 (n/e), 6-17.

Recebido em 21/09/2014

Revisado em 3/01/2015

Aceito 17/02/2015